

NOTICIÁRIO

Nesta secção incluem-se notícias comentadas de acontecimentos científicos, no país ou no estrangeiro, em que participem ou de que tenham conhecimento os colaboradores da Revista. A todos solicitamos sugestões e notícias.

ESTRATÉGIAS SOCIALISTAS DE DESENVOLVIMENTO

Organizado pelo Institute of Development Studies da Universidade de Sussex (Inglaterra), realizou-se, entre 12 de Fevereiro e 23 de Março últimos, um seminário subordinado ao tema «Estratégias Socialistas de Desenvolvimento».

Há alguns anos que este Instituto vem promovendo encontros deste tipo, numa tentativa de proporcionar o contacto entre especialistas da economia, sociologia do desenvolvimento, antropologia, etc., fomentando o confronto e a análise de situações muito concretas especialmente de países da África, Ásia e América Latina.

Com participantes de 15 países, este encontro de 6 semanas repartiu-se por sessões de seminário, colóquios, trabalhos de grupo, viagens de estudo e debates com sindicalistas e estudantes universitários britânicos.

A amplitude do tema principal e a profusão de intervenções, quer dos participantes quer dos numerosos «especialistas» convidados, tornam inviável, no quadro desta nota, o desenvolvimento circunstanciado da maneira como decorreu esta conferência alargada.

O confronto das variadas experiências de países cuja estratégia de desenvolvimento se funda num projecto de transformação socialista da sociedade, tornou o seminário um «laboratório» privilegiado da análise política daquelas estratégias, em que os próprios «analistas» eram, na sua maioria, concretos conhecedores, pela sua acção prática, do objecto em estudo.

Ainda que distintas, as experiências soviética ou chinesa, coreana ou cubana, moçambicana ou vietnamita, por exemplo, todas têm em comum a tentativa de construção de um sistema de relações económicas e sociais diferentes daquelas donde emergiram. Analisar as experiências, contribuições e dificuldades de um conjunto de países

como Angola, Papua Nova Guiné, Etiópia, Sri Lanka, Tanzânia, Campuchea ou Moçambique, para só referir alguns casos mais exemplificativos, obrigou a começar por questões de âmbito mais geral como sejam: saber quais as características chave duma estratégia socialista de desenvolvimento; delimitar concretamente os obstáculos postos à substituição do Mercado pelo Plano ou da propriedade privada pela organização colectiva e cooperativa; identificar as dificuldades de natureza económica e política — particularmente as associadas à acumulação — que se levantam quando se enceta uma tal estratégia.

Naturalmente que este debate não pode alhear-se das experiências históricas de revolução socialista e da direcção que lhes foi imprimida. Tornou-se então indispensável a discussão sobre a natureza das relações de classe nas próprias sociedades pós-revolucionárias, o que absorveria toda a primeira semana. Tomados na devida conta às formulações recentes e os testemunhos expressivos de R. Bahro, M. Rakovski e R. Rosdolsky, nomes sonantes da chamada *intelligentsia* de esquerda marginalizada nos países da Europa de Leste, a trajectória revolucionária dessas sociedades foi vista de um prisma metodologicamente mais acertado — o período de transição. Na verdade, mais importante que conhecer o «socialismo existente», quando se trata de criar experiências novas, é o «recuo» ao período de transição ao socialismo. É nele que se criam as estruturas no seio das quais se forja a classe (ou classes) que vai tomar a direcção política na nova sociedade. Alguns participantes mostraram-se reservados quanto à adopção desta linha de reflexão. Será que se a adoptarmos, interrogam, não nos estaremos a afastar do marxismo, virando-nos apenas para o *processo* de revolução socialista, com prejuízo das tarefas concretas da tomada do poder? É na verdade discutir o papel do próprio partido revolucionário, a sua autonomia ou a determinação da sua estrutura pelas tarefas políticas.

Neste debate sobre o voluntarismo/determinismo tem que introduzir-se uma terceira dimensão do pensamento socialista: fazer derivar a prática política da própria natureza da organização. Refiro este aspecto por me parecer determinante para a compreensão de uma das contribuições mais enriquecedoras de todo o seminário. As relações socialistas desenvolvem-se antes mesmo da revolução, da mesma forma como o capital se desenvolveu no seio da

sociedade feudal. Não há então qualquer *momento* para a revolução e, muito menos, existe lugar para o estabelecimento de qualquer calendário para a criação da chamada «base material e técnica» da sociedade socialista. Mostram-nos numerosas experiências revolucionárias de criação de «áreas libertadas» ou «zonas de controle operário» desenvolvidas em contextos históricos de luta, anteriores à tomada do poder, quer contra o colonialismo (Guiné-Bissau, Angola ou Moçambique), quer contra o absolutismo feudal (Etiópia).

Estas experiências fazem-nos reconsiderar a validade da criação de formas de trabalho colectivo, chamemos-lhes *formas pré-figurativas*, a estabelecer no seio e contra a velha sociedade. Serão o embrião das formas mais inventivas e democráticas das novas relações sociais e a cabal resposta às teses voluntaristas sobre a experiência dos partidos revolucionários depois da revolução. Sem negar a contribuição histórica desses partidos, a sua acção será sempre determinada *antes* e não depois ou durante a revolução.

À medida que esta «conclusão» foi tomando corpo, foram-se esboçando algumas divergências entre os participantes. Terá mesmo sido esta a razão porque um dos mais importantes grupos de trabalho, aquele que deveria aprontar o relatório sobre «A Natureza das Sociedades pós-Revolucionárias», colapsou.

Por outro lado, foi mais fácil encontrar uma identidade nas análises sobre aspectos mais particularizados, que não menos problemáticos, cuja discussão sistematizada se iniciou a partir da segunda semana, pela seguinte ordem:

- 1 . Trabalho e Produção: a transformação das relações sociais no campo e na cidade
- 2 . Mercado e Plano: questões estratégicas de política económica socialista
- 3 . Trabalho Doméstico, Educação, Produção de Seres Humanos e Vida Quotidiana
- 4 . Socialismo, Partido, Exército e Estado
- 5 . Luta de Classes Hoje: perspectivas de transição socialista

Destes, o debate sobre a transformação das relações sociais no campo e na cidade tornar-se-ia o mais rico. Vale a pena, por isso, dedicar-lhe alguma atenção. A discussão teórica do tema e os relatos de situações concretas absorveram todo o plenário na tentativa de

caracterização dos objectivos políticos imediatos, após a tomada do poder. Como transformar as relações de produção ao mesmo tempo que se reproduz a vida quotidiana, foi a questão à luz da qual sucessivamente se abordaram inúmeros pontos de que destaque, sem pretender ser exaustivo:

- A questão agrária. O debate soviético dos anos 20 e o exemplo chinês de colectivização em 55-56 ou a (im)possibilidade de falar de «agricultura socialista» (i.e. a contradição entre transformação das relações de produção e o aumento da produção e da produtividade). Da mesma maneira, a impossibilidade de encontrar uma lei geral de actuação neste domínio: nacionalização com indemnização, como na Tanzânia onde 92% da população activa são camponeses ou sem ela, como na Coreia? Constituição de cooperativas (Portugal), comunas (Etiópia) ou «novas zonas económicas» (Vietname)? E a planificação da produção com que o Partido e o Estado serão confrontados? Planificação a longo prazo ou resolução simples de casos de subsistência diária? Qual a posição política dos camponeses e proletários rurais? É possível a sua mobilização? Com recurso explícito à política de incentivos? De que tipo?
- A transformação das relações sociais na cidade. A cidade socialista não é mais o mercado? Que política de espaço e de renda? Que alcance tem a expropriação de segundas casas ou a transferência da sua propriedade para os moradores (Etiópia)? E que dizer de medidas radicais como o abandono forçado da cidade com transferência do trabalho produtivo para o campo (Campuchea)? Dissolve-se, deste modo, a contradição trabalho manual/trabalho intelectual? Onde está a raiz do malogro da Revolução Cultural?
- O dinheiro e a revolução. Que nos ensinam a autocrítica vietnamita sobre o caso do Banco da Indochina em 1945 ou o ilustrativo episódio de Che Guevara e o Banco Central de Cuba? E, de novo, a experiência do Campuchea e a abolição do dinheiro?
- A indústria socialista. Aqui a questão dos valores de uso parece pôr-se em evidência de maneira mais imediata que na agricul-

tura. Podem os revolucionários produzir mais e melhor que os técnicos? Existe uma produção alternativa? Com menos trabalho e menores exigências de meios de produção? Qual a atitude face aos bens de luxo, à produção de armamento ou ao equipamento social? Que limites ao controle operário? Será a nacionalização sinónimo de alteração das relações de produção? Poderá utilizar-se de forma idêntica quer se trate do capital internacional ou do pequeno e médio capital nacional?

O tema Mercado e Plano resvalava no seu primeiro dia de debate para aspectos mais técnicos cujo sentido escapava (também por uma questão de formação) à maior parte dos participantes. Este facto teve, quanto a mim, o grande mérito de ter possibilitado uma radical intervenção de Robin Murray, devastador na crítica aos mecanismos de dominação tecnocrática e à sua ideologia economicista, presentes tanto nos países capitalistas como nos do «socialismo existente». Numa alusão a estes últimos, Murray deter-se-ia na demonstração da forma como a sistemafactura — conceito pelo qual designa a nova era da indústria moderna que privilegia o controle sobre a organização abstracta dos sistemas económicos e sociais, em contraposição à simples propriedade dos meios de produção que caracterizou a dominação de classe no período do capitalismo florescente — se transformou na base material do processo de desenvolvimento de uma nova classe. Daí que, se na época da propriedade privada, a reivindicação progressista era a expropriação dos meios de produção, a reivindicação de hoje, nos países socialistas, é a democratização de todas as áreas da vida social e política.

No final, à luz de todas as hipóteses formuladas, foram apresentados relatórios sobre as perspectivas de transformação socialista, por países e grandes áreas geográficas — Ásia: Bangladesh, Filipinas, Índia e Sri Lanka; África: Etiópia, Ilhas Maurícias, Madagáscar, Namíbia e Quênia; América: Jamaica e Peru; Europa: Hungria, Inglaterra, Jugoslávia e Portugal.

Não seria de esperar que um seminário desta natureza e com esta estrutura chegasse a resultados conclusivos, nem sequer era esse, à partida, o seu objectivo. No entanto, em face das discussões havidas, uma ideia geral pairou sobre todos os participantes: o desenvolvimento socialista não é uma questão de elevados índices de cresci-

mento, rápida industrialização ou financiamento da indústria com o sobreproduto da agricultura. Todas as políticas económicas têm de ser vistas em termos das relações de classe que reproduzem. Nos países socialistas, o político domina o económico. Diferentes políticas tendem a reflectir modificações no equilíbrio de forças. A estratégia de desenvolvimento socialista é então uma questão de *política* e não de políticas. Este seminário discutiu essa estratégia sob um ponto de vista não académico porque só assim poderão os debates revestir-se de uma profunda importância política tanto nos países do socialismo de hoje, como nos países ainda presos às cadeias do capital.

CARLOS FORTUNA

KELSEN E A TEORIA DO ESTADO E DO DIREITO

Realizou-se nos dias 1 e 2 de Fevereiro passado, num dos auditórios da Fundação Calouste Gulbenkian, um colóquio organizado pelas Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa, com a colaboração da Embaixada da Áustria subordinado ao tema «Hans Kelsen e a teoria contemporânea do Estado e do Direito».

Na primeira sessão, o professor F. KOJA, de Salzburgo, apresentou uma comunicação sobre o papel de H. Kelsen na actual evolução constitucional austríaca, no qual salientou a contribuição do criador na «teoria pura do direito», na elaboração da constituição austríaca de 1920 e na formulação dos princípios fundamentais — princípio democrático, princípio federalista e princípio do Estado de Direito — da moderna teoria constitucional austríaca; por seu lado, MIGUEL GALVÃO TELES, da Faculdade de Direito de Lisboa, abordou «O Problema da Continuidade da Ordem Jurídica e a Revolução Portuguesa» em que ensaiou as potencialidades construtivas da «teoria pura do direito» em relação à análise, *sub specie iuris*, da revolução e à resolução do problema dogmático da continuidade da ordem jurídica nos casos de ruptura revolucionária da ordem jurídico-constitucional, fazendo, a propósito uma detalhada descrição do problema das vicissitudes da ordem jurídica fundamental (Constituições e Leis constitucionais) em Portugal a partir de 25 de Abril de 1974.

Na segunda sessão, J. SOUSA E BRITO, da Faculdade de Direito de Lisboa, tratou o tema «A questão do método em Bentham e Kelsen», exposição centrada na descrição das posições de J. Bentham no que se refere a alguns aspectos da lógica deontica, concluindo com uma aproximação entre o jurista inglês, a subsequente teoria analítica do direito inglesa e a obra de H. Kelsen. Ainda nesta sessão, o Prof. J. BAPTISTA MACHADO, da Faculdade de Economia do

Porto, apresentou o tema «O sistema científico e a teoria de Kelsen» em que, fundamentalmente, criticou no «sistema jurídico-científico» do jurista austriaco, a ideologia do «objectivismo» ou da «isenção axiológica», o seu formalismo e a sua incapacidade para fundamentar ou garantir o acerto da decisão jurídica e para fornecer directivas neste sentido, propondo, em contrapartida, como momento essencial de toda a *démarche* jurídico-científica com legitimidade metodológica, a referência à ideia de jurisdição (ou de validade no sentido da Justiça).

Na sessão do dia 2, o Prof. A. CASTANHEIRA NEVES, da Faculdade de Direito de Coimbra pôs, duma perspectiva da fenomenologia transcendental, o problema da «Unidade do Sistema Jurídico: o seu problema e o seu sentido», fazendo a crítica das tentativas de construção de sistemas jurídico-científicos «fechados» — seja daqueles cujo princípio de unidade é constituído pela lógica material dos valores jurídicos, seja dos que assentam no rigor lógico-formal do seu travejamento — e das orientações anti-sistemáticas que, com o «sistema» fechado, acabam por destruir a própria unidade do sistema do direito; na sua opinião, a unidade do sistema jurídico, como sistema «aberto», há-de resultar da referência a uma única ideia regulativa — objectivação histórica da compreensão legada do absoluto num certo momento histórico — a ideia de Justiça. Finalmente, o Prof. R. WALTER, fez, numa comunicação intitulada «O estado actual da teoria pura do direito», o balanço da situação da teoria pura do direito no actual contexto da discussão jurídico-metodológica, concluindo — como seria natural naquele que pareceu ser o único «incondicional» kelseniano, se não mesmo o único kelseniano dos intervenientes — pela sua actualidade e procedência ainda hoje.

Na última sessão, o Prof. G. WINCKLER apresentou a comunicação «Ser e dever ser: um problema da teoria das ciências», em que concluiu pela inseparabilidade do ser e do dever ser, com as consequências de que: (a) a perspectiva lógica (da lógica transcendental) não pode prejudicar nem substituir a perspectiva lógico-jurídica; (b) a perspectiva jurídico-teorética, que vê no ser e no dever ser algo de ligado, não dispensa de modo algum uma perspectiva sociológica; (c) uma teoria crítica do direito combina o pensamento normativo e explicativo da forma que corresponde ao objecto «direito» e que serve para a explicação deste objecto; e (d) uma teoria crítica do direito não é nem

sincretista nem monista, mas dualista ou pluralista. Com o que, como se deduzirá, se afasta muito do seu ponto de partida metodológico — ou seja, da «teoria pura do direito».

Como síntese, resulta do colóquio destinado a celebrar a figura de H. Kelsen a conclusão, um tanto incómoda na circunstância, mas não surpreendente para quem siga as linhas de força da actual reflexão sobre o direito e, nomeadamente, as posturas jus-metodológicas dos representantes mais significativos do pensamento jurídico português da actualidade, que se a herança de Kelsen existe, ela não é tanto a de uma presença modeladora sobre a reflexão jurídica actual, mas antes a de uma presença — neste sentido também fecunda e estimulante — catalizadora de uma atitude crítica — em suma, a crítica do formalismo, da neutralidade sociológica e, sobretudo (ponto destacado principalmente por J. Baptista Machado), da ilusão ideológica de um «objectivismo» e de uma «pureza» que uma análise crítica da «teoria pura» revela, afinal, inexistentes.

A. M. HESPANHA

A GEOGRAFIA NA PENÍNSULA IBÉRICA

De 2 a 5 de Maio de 1979, decorreu em Espanha, na Universidade de Salamanca, o I Colóquio Ibérico de Geografia, que reuniu um considerável número de geógrafos dos dois países peninsulares.

Esta realização de âmbito ibérico, nascida com a intenção de confrontar ideias e trocar experiências nos domínios das práticas geográficas em Portugal e Espanha, esteve a cargo do Grupo de Geografia da Universidade de Salamanca.

Ao empreendimento do Prof. A. Cabo Alonso e seus colaboradores ficou-se a dever o sucesso da organização do I Colóquio Ibérico de Geografia.

Os trabalhos do Colóquio dividiram-se em três temas, correspondendo a outras tantas sessões. Além destas, realizaram-se duas excursões guiadas de âmbito regional e uma visita à cidade de Salamanca.

As comunicações foram agrupadas nos três temas do Colóquio:

1º tema: Perspectivas de Geografia em Portugal e Espanha: Ensino, Investigação, Problemas Profissionais;

2º tema: Estruturas Agrárias em Espanha e Portugal;

3º tema: As Cidades Ibéricas e a sua Expansão.

No primeiro tema, cujo relator foi J. Vila Valenti, da Universidade de Barcelona, foram tratados aspectos da problemática do ensino e investigação e das carreiras profissionais na Geografia, numa perspectiva geral para o caso português (Ilídio do Amaral), no âmbito da Geografia Humana (J. Gaspar e A. Gama) e no domínio da investigação em Climatologia (S. Daveau).

Ainda neste tema, foram abordadas questões do domínio epistemológico, por um lado, sobre a teoria e metodologia subjacentes ao discurso nos principais autores da Geografia Humana em Portugal (comunicação de J. Gaspar e A. Gama), por outro, numa interessante comunicação de J. Muñoz Jiménez, da Universidade de Oviedo, «Paisage-vivencia y paisaje-objecto en los planteamientos integrados de analisis geografico», sistematizadas perspectivas recentes da análise geográfica. Esta comunicação foi das contribuições teóricas de maior novidade no Colóquio ao caracterizar as correntes principais dos desenvolvimentos recentes da geografia e esboçar uma via de uma visão integrada, para além da reformulação teórica do conceito de paisagem.

O tema «Estruturas Agrárias em Espanha e Portugal», tendo A. Cabo Alonso como relator, foi marcado por comunicações tratando de aspectos particulares de tipo regional, que em pouco manifestaram orientações teórico-metodológicas que não acusassem um sincretismo muito comum nos trabalhos geográficos.

Carlos Alberto Medeiros debruçou-se sobre «As Estruturas Agrárias na Montanha do Norte da Beira», propondo-se tratar da «originalidade das estruturas agrárias na montanha», tomando esta como «ambiente arcaico». Três das outras comunicações tomam como objecto o estudo da transformação das estruturas agrárias, numa perspectiva genético-evolutiva. A. Gil Olcina, de Alicante, apresentou um estudo intitulado «Evolución Comparada de la Propriedade Señorial en los Antiguos Reinos de Sevilla y Valencia», constatando «duas formas de tenencia bien distintas» resultado de evoluções opostas desde o século XVIII. Na comunicação «Evolución de los Sistemas Agrarios en el Valle del Guadalquivir», o seu autor, A. Lopez Ontiveros (Madrid), partindo dum dualismo existente na estrutura agrária da área opondo «ruedos» de pequena propriedade e «tierras acortijadas», ou de «campiña», à base de grandes explorações, esboça um quadro evolutivo de cariz económico com três fases desde o séc. XVIII: numa primeira caracterizada por um predomínio «ganadero», seguida duma fase de capitalismo arcaico, de meados do séc. XIX aos anos 30 do nosso século, a que se segue a fase capitalista moderna. «A Estrutura Agrária da Área das Doações», apresentada por Rosa F. M. da Silva (Porto), oferece, pelo tema, perspectivas interessantes. Por fim, ainda as estruturas agrárias, agora num quadro de maior extensão,

Portugal Continental, e focando entre outros aspectos as modificações recentes e alguma preocupação conceptual, foram objecto da comunicação de Carminda Cavaco, da Universidade de Lisboa.

O terceiro tema, «As Cidades Ibéricas e a sua Expansão», teve como relator Jesus Garcia Fernandez (Valladolid) e caracterizou-se por uma diversidade de perspectivas nas comunicações. Duas das comunicações procuraram fazer um balanço da investigação no domínio da Geografia urbana em Portugal, a contribuição de Coimbra, por J. M. Pereira de Oliveira, e «As Cidades Portuguesas e a Geografia Urbana na Universidade de Lisboa», por J. Gaspar e J. Ferrão. As restantes três preocuparam-se com problemas da rede urbana espanhola (M. Ferrer Regales e A. Precedo) e portuguesa (O. Ribeiro), em perspectivas díspares, e com o crescimento urbano de Madrid (A. Lopez Gomez).

Da comunicação de J. Gaspar e J. Ferrão salientam-se as preocupações acerca da metodologia dos trabalhos de geografia urbana e a análise dos reflexos espaciais da expansão das cidades portuguesas ao longo do tempo, «consideradas nos seus aspectos morfológicos, funcionais e estruturais... articulados com as estruturas sociais dominantes em cada uma das épocas retidas», enquanto os aspectos fundamentais do sistema espanhol de povoamento «a estrutura policentral e a heterogeneidade interna», análise com recurso à teoria geral dos sistemas, são evidenciados na comunicação intitulada «El Sistema Español de Asentamiento» dos dois professores da Universidade de Navarra.

Orlando Ribeiro, com uma lição magistral sobre o tema «As Cidades Ibéricas e a sua Expansão no Mundo», encerrou o I Colóquio Ibérico de Geografia, em que expressou de novo o pendor culturalista da sua perspectiva geográfica, pondo em confronto os elementos tipológicos urbanos caracterizadores dos dois tipos de cidades, as portuguesas e as espanholas, e a sua expansão no mundo, com relevo para os contactos de civilizações.

A concluir, há que saudar a iniciativa de aproximação das comunidades geográficas dos dois países, saindo-se no entanto com um sentimento de insatisfação, originado pelas poucas intervenções e pela ausência de debate generalizado. A assinalar ainda algumas ausências importantes cuja contribuição, porque crítica, daria uma

expressão mais renovadora ao conjunto do colóquio. Fazemos votos que, em realizações futuras, cada vez mais as sessões se tornem participadas e polémicas, onde o confronto de perspectivas e experiências possa dar a expressão da vivacidade, criatividade e rigor que se deseja na investigação geográfica.

ANTÓNIO GAMA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES DA REDE URBANA

Organizado pelo CIUR (Comissão para a Investigação Urbana e Regional) e pela Comissão de Planeamento da Região Centro teve lugar em Coimbra, nos dias 10, 11 e 12 de Outubro, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra um Seminário sobre desenvolvimento regional e transformação da rede urbana.

Reunião participada, onde estiveram presentes técnicos e investigadores de formações diversas ligados a vários organismos de investigação e planeamento nos domínios urbano e regional, visava fundamentalmente os objectivos seguintes:

— «divulgação e discussão de estudos de investigação recentemente realizados em Portugal ou em curso sobre desenvolvimento regional e sobre sistemas urbanos»;

— «detecção das grandes áreas da IUR neste tema específico»;

— «preparação de um conjunto de recomendações sobre aspectos relevantes a apresentar à IVª Conferência da ECE/ONU sobre «Ordenamento Urbano e Regional»-1980. Foram apresentadas vinte e quatro comunicações de índole diversa agrupadas em áreas de metodologia de análise e de políticas regionais.

As comunicações compreendiam desde estudos de problemática histórico-sociológica e análise macroespacial (rede urbana, estrutura de povoamento, ordenamento do território e desigualdades espaciais) a estudos regionais (suburbanização, rede urbana regional e áreas de influência, desigualdades espaciais e desenvolvimento regional). Dentre as conclusões há a assinalar a necessidade «de planeamento integrado reunindo as diversas ópticas disciplinares», «de divulgação dos estudos realizados e em realização», «de se conseguir uma orgânica eficiente de planeamento regional, através da qual possam ser coordenadas acções sectoriais» e «de uma articulação correcta do

planeamento aos níveis central, regional e local (nos sentidos ascendente e descendente)».

Os trabalhos do seminário funcionaram em sessões plenárias de apresentação das comunicações e em grupos de discussão que se mantiveram constantes na composição e deram azo a uma participação alargada nos debates.

Algumas das comunicações merecem uma atenção cuidada pelo que a elas nos referiremos em futuro número.

ANTÓNIO GAMA